

*DOSSIÊ***LÍVIA DE OLIVEIRA E A ESSENCIALIDADE
GEOGRÁFICA****Abílio Moacir de Azevedo¹⁵**

Desde meados da década de 1970, em salas de aula da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em Goiânia, onde conclui o curso de Bacharelado em Geografia, eu já ouvira, de meus mestres, referências à tese de doutoramento “Contribuição ao Ensino de Geografia” defendida pela professora-geógrafa Livia de Oliveira (Oliveira, 1967). Ao final daquela década, já em Brasília, por força de minhas atividades como geógrafo contratado pela Fundação Projeto Rondon, busquei – em diferentes momentos – aportes junto à tese de Livre Docência de Livia de Oliveira “Estudo metodológico e cognitivo do mapa” (Oliveira, 1978). Assim, essa professora-geógrafa começava a tornar-se, para mim, uma referência no âmbito da ciência geográfica.

Entre 1984 e 1986, como professor representante da Divisão Regional de Ensino de Campinas, eu integrava a equipe encarregada de elaborar a “Proposta Curricular para o Ensino de Geografia” na rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, que teve a sua 1ª edição preliminar elaborada em 1986, sendo que a sua 6ª edição, publicada em 1991, é que se encontra distribuída para o conjunto das divisões regionais de ensino do Estado. A coordenação deste trabalho coletivo era de responsabilidade da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (CENP-SE-SP), que firmara convênios com a USP, UNESP, UNICAMP e PUC, com o escopo de aproximar os professores da rede oficial de ensino com a vanguarda do pensamento geográfico das referidas Universidades.

¹⁵ Realizou mestrado em Geografia com a Livia entre fevereiro/2002 e maio/2004.

No processo de elaboração daquela proposta curricular, por conta de sua natureza coletiva/interativa, era de responsabilidade dos professores representantes o compartilhamento dos fundamentos teóricos e metodológicos da referida proposta com os professores de Geografia lotados, à época, em mais de uma centena de delegacias de ensino do Estado de São Paulo. Compartilhei tais fundamentos, em princípio, com os professores da Delegacia de Amparo e, posteriormente, por força de circunstâncias, com docentes das delegacias de São José do Rio Preto, Mirassol e Monte Aprazível. Como uma proposta curricular, obviamente, não deve ser definitiva, obtinha-se o feedback junto a esses professores, o que levava, via de regra, a ajustes que conduziam a novas versões da proposta.

Vale lembrar que aquelas atividades na CENP eram, com certa frequência, entremeadas de análises grupais sobre o pensamento e a contribuição de Piaget para a educação e o próprio ensino da Geografia, em especial, o direcionado às crianças e adolescentes. Nesses momentos, evidenciava-se a importância da obra de Livia de Oliveira na promoção da pesquisa e difusão das ideias *piagetianas* em terras brasileiras. Como decorrência, entre os colegas de equipe, passou a existir um certo consenso de que seriam fundamentais as leituras de trabalhos de Piaget, quando se busca pesquisar e reproduzir Geografia de forma consciente e responsável.

Minha primeira experiência em docência no Ensino Superior ocorreria, no ano de 1985, na Associação Sul-Mineira de Educação e Cultura – Faculdade de Amparo/SP, ao ministrar a disciplina de Geo-História, para profissionais que atuavam na área da educação, incluindo graduados em História, Geografia e Ciências Sociais. O objetivo geral dessa disciplina era abordar os principais aspectos do ensino interdisciplinar da História e da Geografia, o que incluía sua evolução histórica e tendências globais e específicas. Por conta dessa docência, aliada à minha participação na elaboração da proposta curricular de Geografia da CENP, percebi ser recomendável minha participação no 1º Encontro Nacional de Professores de Prática de Ensino de Geografia, promovido pelo

Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp – Campus de Rio Claro. Foi neste Encontro, ocorrido em março de 1985, que tive o privilégio do primeiro contato, pessoalmente e “ao vivo”, com Livia de Oliveira. Aquele evento significava, para mim, grande oportunidade de inserção no acalorado debate teórico-metodológico da Geografia, naqueles anos, particularmente nas Universidades paulistas. Desde o início do referido Encontro, fluía a percepção de que expressiva parcela dos professores-geógrafos ali presentes se compunha de simpatizantes de uma Geografia que enfocaria, em suas análises, a participação de aspectos imateriais na organização espacial. E, mais uma vez, percebia-se a presença da energia contagiante e mobilizadora de Livia de Oliveira, desta feita, no compromisso de fazer avançar entre geógrafos brasileiros o pensamento de Yi-Fu Tuan, em especial quando se refere à experiência e percepção nas vivências dos homens com o seu meio (Oliveira, 1977).

Ainda que reconhecendo meus minguados conhecimentos sobre o perfil profissional e o conjunto da obra daquele geógrafo sino-estadunidense, minhas impressões iniciais eram de que se tratava de mais um dos pensadores oriundos das ricas culturas e tradições filosóficas orientais a engrossar o caldo dos estudiosos descontentes com os resultados obtidos de análises consideradas reducionistas, que não forneciam uma compreensão plena e profunda da realidade espacial, muito menos da condição humana. No entanto, preferi guardar comigo uma curiosidade: estaria Yi-Fu Tuan dando seu próprio passo na longa caminhada que pode levar aos pretendidos avanços em favor de um paradigma holístico de ciência, que contemple a complexa interação entre aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais da realidade? Afinal, era de se pensar que não seriam poucos os pensadores que contestam o modo convencional de se fazer ciências, em especial as humanas, através do hegemônico paradigma de Descartes, bem como, de seus correspondentes conceitos basicamente de orientação newtoniana (Capra, 1982).

Cheguei àquele Encontro de Rio Claro embasado e até empolgado com os preceitos da Geografia dita “renovada” visualizados por mim, especialmente, em obras, palestras e seminários com Antônio Carlos Robert de Moraes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, João Manuel Cardoso Mello, Manoel F.G. Seabra, Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Octávio Ianni, Ruy Moreira e Wanderley Messias Costa, dentre outros. Com estes geógrafos, assimilei que a constante transformação pela qual passa a organização/produção do espaço somente seria compreendida em sua plenitude caso sua análise venha ocorrer de “forma concreta”, a partir de “situações concretas” (São Paulo, 1991).

Esse meu contato com o pensamento desses geógrafos-pesquisadores ocorreu em momento oportuno, dada a minha insatisfação com a Geografia que se fazia e se ensinava, especialmente nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do nosso país. Naquele período, comungava de dúvidas carregadas por muitos professores-geógrafos, dentre elas: qual o papel da Geografia na escola? A quem servem os conteúdos de natureza geográfica e sua forma de ensinar? Quais são a função e o papel da escola na sociedade?

Na busca por respostas, engajei-me no debate sobre a situação do ensino em geral e da Geografia, em particular. É importante lembrar que, no Ensino de Primeiro Grau, a Geografia e a História já haviam sido substituídas pela disciplina de Estudos Sociais, que se complementava com duas outras: a Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Sempre admiti a crítica, feita por muitos especialistas contrários à “reforma do ensino” daquele período de exceção, de que a citada mistura de componentes curriculares revelou-se uma estratégia perfeita para a banalização da pesquisa e do ensino dos conhecimentos histórico-geográficos. Assim, entendiam os profissionais da área, que o ensino da Geografia não satisfazia aos alunos e professores e muito menos à sociedade, já que não se prestava aos propósitos de transformação socioambiental. Cenário este que vinha se esboçando há algum tempo e ganhava contornos e nitidez em meados da

década de 1960 e anos 1970, período marcado por extremo autoritarismo vivido em nosso país (São Paulo, 1991).

Naqueles “anos de chumbo”, percebia-se que o professor de Geografia (ou de estudos sociais) era uma das vítimas da conhecida “indústria do livro didático”, pois, muitas vezes, não reunia condições para uma formação dentro de um processo que lhe permitisse construir uma análise crítica de conteúdo programático ou mesmo participar de discussão sobre teorias e métodos da Geografia produzida no âmbito das Universidades. Aceitava-se, sem contestação, tudo que era publicado, num tempo em que a seriedade e a veracidade científicas nem sempre estavam presentes nos livros do mercado editorial. Erros grosseiros de muitas obras eram repassados automaticamente aos discentes pelos docentes, num contínuo círculo vicioso. Enfim, não era nada motivadora a Geografia que se ensinava e se aprendia dado o seu distanciamento das reais necessidades de professores e alunos assim como das demandas socioambientais (São Paulo, 1991). Cada vez mais a ciência do espaço afastava-se das discussões sobre a realidade presente das coletividades, particularmente no que se refere ao seu contexto geoespacial.

Quando me propus a participar do Encontro de Professores em Rio Claro, eu experimentava, naquela época, a sensação de que prevalecia na comunidade geográfica brasileira um pensamento voltado para uma Geografia que ocultava as questões sociais básicas de classes, seus conflitos e contradições e, até mesmo, comprometia-se (conscientemente ou não) com interesses das classes dominantes, que poderiam usá-la como um instrumento ideológico de dominação. Logo nas primeiras palestras daquele Encontro, eram frequentes as afirmativas de alguns expositores de que “a Geografia deve limitar-se a estudar o homem em seu sentido abstrato” ou “cabe à Geografia o estudo do homem enquanto um ser universal”. Para mim, a Ciência Geográfica, vista por este ângulo, parecia ignorar o compromisso para com as carências e contradições socioambientais e econômicas do nosso meio. Nestas condições, não pude furtar-me de indagar a um dos palestrantes (restringindo-me à questão agrária)

se não era chegada a hora da Geografia preocupar-se com as ações de homens concretos da nossa sociedade, aqueles que são os verdadeiros sujeitos da construção do espaço geográfico, tais como os empreendedores do agronegócio, os boias-frias, os grileiros, os latifundiários, os sem-terra, os posseiros, os jagunços, os acampados, os assentados, os atravessadores de mercado e os homens de governo.

Foi quando a professora Lívia de Oliveira, chancelada pela sua condição de coordenadora do evento, aproximando-se da mesa onde os palestrantes faziam suas exposições, pede licença e pondera que meu questionamento fazia alusão à “crítica marxista materialista” e que lamentava o fato de o mesmo destoar dos propósitos daquele Encontro. A professora-geógrafa – mencionando Yi-Fu Tuam – reforçou, ainda, que tinha a impressão de que a maioria dos participantes daquele evento estaria propensa a aceitar a ideia de que a Geografia poderia desenvolver estudos do espaço sem, necessariamente, reduzi-lo à sua dimensão material e formal. Evidentemente, em momento algum, tive a intenção de contestar tais argumentos, muito pelo contrário, expressei minha gratidão à professora Lívia pela oportunidade de me fazer mirar para este fascinante viés geográfico com seus “fenômenos imateriais”. Mesmo assim, avançando com minha intervenção, ponderei sobre a possibilidade do método dialético, uma vez adotado, permitir que a análise da produção do espaço poderia ser feita, também, de forma crítica, portanto, questionando o presente e investigando as suas contradições (São Paulo, 1991).

No decorrer daquele Encontro, à medida que os expositores se sucediam, dava-me conta de que a efervescência daquelas ricas discussões parecia estar associada, em algum grau, aos contra fluxos existentes entre a Nova Geografia (Teorético-quantitativa) afinada com a Geografia Humanista, ambas defendidas pelos geógrafos-docentes da Unesp de Rio Claro – evidenciada, aí, a força presencial de Lívia de Oliveira – e a recém-chegada “Geografia Nova” ou “Geografia Renovada”, com a qual tivemos os primeiros

contatos no encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros ocorrido em Fortaleza, em 1978.

Assim, merece destaque o meu próprio reconhecimento de que o grande legado daquele Encontro – particularmente pela participação proativa de Livia de Oliveira – pode ter sido mais um avanço no descortinar de um cenário que coloca “em revista” algumas das principais tendências geográficas, cada uma dando sua parcela de contribuição ao fortalecimento da ciência do espaço e seu iminente brilho perante a comunidade científica. Naquele evento, as afirmações de Livia de Oliveira, até aquele instante desconhecidas por mim, de que aceitava com naturalidade a existência de muitas geografias foram dignas de minhas anotações. Às vezes, chego a pensar se a própria vivência de Livia de Oliveira com diversificada gama de temas ao orientar – sempre com lucidez, discernimento e empenho – dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, sem deixar escapar a essencialidade geográfica, não seria um dos motivos desta geógrafa visualizar uma multiplicidade de geografias. De passagem, essa revelação suavizaria impressões contraídas, por mim, em palestra no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (São Paulo), quando ouvi do ilustre pensador Milton Santos o alerta de que: “A Geografia é uma ciência ameaçada e o geógrafo uma espécie em extinção”.

Ainda assim, tenho lá alguns motivos para supor que a convivência de Livia de Oliveira com essa multiplicidade de tendências geográficas nem sempre se processou de maneira a mais harmoniosa e eu até ousaria em apontar como fator a sua própria paixão e fidelidade, quase que incondicional, à Geografia Humanista. Analogamente – e fundamentado na inconformidade com as contradições, historicamente, evidenciadas no processo de produção/organização do nosso espaço –, entusiasmei-me com o modo de pesquisar e ensinar geografia que prima pela criticidade e clama por engajamento na busca por mudanças socioambientais e econômicas.

Os anos se passavam, desde aquele Encontro, e eu me mantinha, ainda que meio à distância, acompanhando a brilhante trajetória profissional de Livia

de Oliveira, tanto na pesquisa e ensino quanto na extensão universitária. E eis que surge, no início do ano 2000, mais uma oportunidade de estreitar distância e relações com a doutora Lívía, desta vez como minha professora de Epistemologia e História da Geografia, no Mestrado da Unesp-Campus de Rio Claro. Inserido na linha de pesquisa em Organização do Espaço, desde o início estive propenso a elaborar uma dissertação, com abordagem ligada à produção do espaço urbano e regional. Essa aspiração ganhou força quando cursei a disciplina Planejamento Urbano e Regional: Estudos de Casos. Cheguei a propor ao professor da disciplina, Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho (Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento), que fosse meu orientador, porém seus compromissos com outros orientandos não permitiram. Entretanto, o requisitado professor sugeriu-me contatar o Dr. Geraldo Müller (Linha de Pesquisa Governar e Planejar) do mesmo departamento, com o qual, aliás, eu já havia cursado a disciplina de Internacionalização e Regionalização no Sistema Competitivo Contemporâneo. O professor Müller, ao aceitar minha solicitação, incluiu-me em seu grupo de estudos com dois outros orientandos (Ismail B.N. de Melo e Wilson B. Figueiredo Filho).

Logo de início, o Prof. Müller incumbiu seus três pupilos de “engolirem” a Teoria do Jogo Social, para a qual o economista chileno Carlos Matus propôs diferentes caminhos de utilização que passam, inclusive, pela psiconeurobiologia e pela arte da guerra, articulando várias correntes de pensamento e debatendo com renomados pensadores, dentre eles, Gramsci a Heidegger, Weber, Habermas, Austin, Searle, Toulmin, Wittgenstein, Hannah Arendt, Gadamer e Popper. Com toda essa diversidade de referências, Matus avança com sua “teoria da produção social”, por sua vez, apoiada na “teoria da ação humana” e na “teoria das situações” (Huertas, 1996). Após dois anos de exaustivos estudos, fiz a escolha – juntamente com meu orientador – desse alicerce teórico para minha dissertação, que seria intitulada “Territorialidade e Plano Diretor em São José do Rio Preto” (Azevedo, 2004).

A propósito, minha necessidade de melhor compreender as nuances do planejamento urbano e regional remonta aos anos de 1975-79, nos quais vigorava, em nosso país, o II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND. Penso ser oportuno refletir, aqui, sobre alguns aspectos vivenciados por mim, na situação de geógrafo recém-formado, em meados dos anos 1970, e contratado pelo Ministério do Interior para desempenhar algumas tarefas técnicas, tais como: reconhecimento de área, compatibilização de projetos junto a órgãos e supervisão operacional de programas executados por universitários do Projeto Rondon nos Vales Úmidos do Médio Jaguaribe (Ceará) e na Região Geoeconômica de Brasília. Estas obrigações eram inerentes ao Programa de Áreas Integradas do Nordeste e ao Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, ambos incluídos no II PND.

No reconhecimento de área, levantavam-se problemas e recursos socioeconômicos, junto às fontes primárias e secundárias, nos diversos setores de atividades. Após a tabulação dos dados e o devido diagnóstico, os resultados eram apresentados às lideranças naturais e institucionais, juntamente com uma lista de projetos a serem executados com o objetivo de minimizarem os problemas apurados. Os recursos financeiros e técnicos vinham dos órgãos federais e estaduais após comprovada a viabilidade política dos projetos. Alinhavava-se, assim, o plano de atuação a ser executado nos municípios. Universitários de outras regiões eram recrutados, treinados e agrupados em equipes multiprofissionais, que detalhavam e executavam os projetos durante as férias escolares. Terminadas as operações, técnicos do MINTER faziam a avaliação de resultados a nível das localidades. Relatórios eram encaminhados às prefeituras e demais órgãos envolvidos, a título de prestação de contas. Acreditava-se que, com todas estas etapas executadas de acordo com rigorosos trâmites constantes dos mais recomendados manuais de planejamento, chegasse à eficiência produtiva e eficácia alocativa dos recursos envolvidos.

Entretanto, aos olhos daquelas comunidades atingidas, em várias situações, os resultados revelavam-se decepcionantes.

O acesso à Teoria do Jogo Social e, mais particularmente, aos parâmetros e forma de abordagem do Planejamento Estratégico Situacional (PES) elaborado por Carlos Matus e outros pensadores, levou-me à percepção das limitações daquele sistema de planejamento adotado nas operações do Projeto Rondon. Coloquei-me, assim, diante de duas das principais causas daqueles fracassos: de um lado, a desqualificação dos atores e dos agentes sociais envolvidos naquele jogo econômico, político e social e, de outro, a prática de um sistema de planejamento tradicional, determinista, desenvolvido por tecnocratas, em nível governamental, quase sempre a serviço de empresas e políticos também tradicionais (Huertas, 1996). Razões de natureza análoga a essas impulsionaram-me, com a assistência do Prof. Müller, a desenvolver um case study ligado a São José do Rio Preto. Os governantes deste município paulista sempre sonharam em mantê-lo como “referência nacional” no que tange à política urbana, entretanto, esta tem apresentado sinais da presença de um certo dualismo: dentro do perímetro urbano uma cidade onde o Poder Público municipal atua e, fora dali uma cidade ilegal com toda uma inadequação físico-espacial, social e econômica, que foge ao controle desse poder (Bueno, 2002).

Os trabalhos de minha pesquisa de mestrado desenvolviam-se satisfatoriamente, com grande motivação e perfeita articulação entre os profissionais envolvidos, inclusos os dois outros orientandos, cada um com seus diferentes temas, porém apoiados na Teoria do Jogo Social. Isto permitia frutíferos debates, que contribuía, inclusive, para a elaboração conjunta de artigos, que chegaram a ser publicados em jornais de circulação microrregional. Entretanto, algo de inesperado ocorreria, para a inquietude da nossa equipe de mestrandos: nosso orientador, alegando motivos de aposentadoria, subitamente, nos comunica que não poderia continuar nos prestando os serviços de orientação. Um sentimento de orfandade, dada a dificuldade de

acerto com outros orientadores, apossa-se, por algumas semanas, do nosso grupo. Mas, eis que a minha terceira aproximação, de maneira mais incisiva, com Livia de Oliveira estava por acontecer. Numa providencial manhã, essa professora-geógrafa nos informa, a mim e ao Ismail, que havia a possibilidade de ela assumir a orientação das nossas dissertações, mas que havia a necessidade de uma análise de viabilidade. Para tanto, realizou-se uma reunião na qual foram feitos alguns ajustes aos nossos projetos de pesquisa, ao tempo em que se elaborou um cronograma para o prosseguimento dos trabalhos.

A fase sob a orientação de Livia de Oliveira, no Departamento de Geografia, foi bastante dinâmica, produtiva e prazerosa, marcada, não apenas pela seriedade e entusiasmos na realização das pesquisas e elaboração das dissertações, como também por momentos de intensa amizade, cordialidade, afeto e respeito. Foram ricas, também, as trocas de experiências, entre profissionais de áreas afins, efetuadas em simpósios, seminários e outras modalidades de estudos. Graças ao carisma, envolvimento e poder de comunicação de Livia de Oliveira, tive o privilégio de contar, nas bancas para Exame Geral de Qualificação e de Defesa da Dissertação de Mestrado, com a atuação de importantes doutores da Geografia, casos de Juergen Richard Langenbuch, Mirna Lígia Vieira e Lineu Bley, além de receber aconselhamentos de Lucy Marion C.P. Machado e Oswaldo B. Amorim Filho. Foi nessa fase que pude escrever, com Livia de Oliveira o capítulo “Políticas Territoriais e Padrões Urbanos Atuais em São José do Rio Preto” (Azevedo; Oliveira, 2005) incluso na obra *Paisagens Geográficas e Desenvolvimento Territorial*, organizada por Auro A. Mendes e Magda A. Lombardo, assim como dois outros textos: “Intervenção e gestão no território municipal: o caso de São José do Rio Preto” (com apresentação oral em sessão temática no I Seminário Internacional “Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas” – também publicado em livro com o mesmo título do seminário – promovido pelo IGCE/UNESP/Campus de Rio Claro, de 19 a 21/05/2004)

e “Cidade de São José do Rio Preto como polo regional de comércio e prestação de serviços” (com apresentação oral em Exame Geral de Qualificação).

Ainda na fase inicial de elaboração da minha dissertação, era possível perceber as dificuldades que viriam à frente, entretanto, as subestimei. Mesmo assim, os obstáculos foram superados e hoje é enorme a minha satisfação com meu aperfeiçoamento profissional, crescimento como ser humano e melhor compreensão da realidade que me circunda. Como cidadão inserido na esfera de influência do território rio-pretense, procuro engajar-me, ainda que modestamente, na luta da sociedade pela democratização da gestão urbana. Torna-se oportuno o reconhecimento de que resultados satisfatórios jamais seriam alcançados não fossem o incentivo e solidariedade que recebi de muitas pessoas, particularmente, da professora-doutora Livia de Oliveira com sua maternal abnegação na continuidade e conclusão de um trabalho iniciado por outro orientador.

Mesmo que eu me delongasse nos meus agradecimentos à doutora Livia, as palavras seriam, certamente, insuficientes para externar toda a admiração que sinto por essa pessoa fantástica e especial. Esta geógrafa soube respeitar a essência da proposta original do projeto de pesquisa ao aplicar seu reconhecido método de orientação de trabalho científico. Com o extremo rigor que sua função exige, a doutora Livia conduziu-me no caminho da superação de minhas limitações e adversidades. Momentos de desentendimento, de mal-entendidos, puxões de orelha e até mesmo de diálogos mais ásperos, evidentemente, existiram. Entretanto, o equilíbrio sempre era restabelecido, quase que prontamente, afinal sempre tive comigo que o papel de uma professora é muito semelhante ao de uma mãe, que muitas vezes esbraveja, discute e briga com o filho, quando não o coloca de castigo, mas, no fundo de sua alma, o que ela deseja é o crescimento, a realização, a libertação e o bem-estar do filho. E este “filho”, que aqui escreve, soube compreender toda essa intenção, além de ficar eternamente agradecido ao tempo em que pede desculpas por eventuais lições não aprendidas ou expectativas não correspondidas.

Referências

- AZEVEDO, Abílio Moacir de. Territorialidade e Plano Diretor em São José do Rio Preto. Rio Claro: UNESP, 2004.
- AZEVEDO, Abílio Moacir de; OLIVEIRA, Livia de. Políticas territoriais e padrões urbanos atuais em São José do Rio Preto. In: Paisagens geográficas e desenvolvimento territorial. Rio Claro: UNESP, 2005.
- BUENO, José C. de L. Bueno. A expansão física de São José do Rio Preto – 1980 a 2000. Tese (Doutorado) FAU-USP - S.Paulo, 2002.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982
- HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- OLIVEIRA, Livia. Contribuição ao Ensino de Geografia. 1967. Tese (Doutorado) – FFCL – UNICAMP, Rio Claro.
- _____. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. Geografia, Rio Claro: 1977.
- _____. Estudo metodológico e cognitivo do mapa. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1978.
- SÃO PAULO, (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular para o ensino de geografia: 1º grau. 6ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

Bibliografia Consultada

- DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L (orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Nobel/UFSCar, 1996.
- GOLDENSTEIN, Léa & Seabra, Manoel F.G. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Separata da Revista do Departamento de Geografia. São Paulo (1): 21-47, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre a Geografia e educação, notas de um debate, São Paulo, 1984. Palestra realizada na CENP em set. 1984. Mimeog.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, (58): 5-59, set. 1981.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec, 1980. (Geografia: Teoria e Realidade)
- SÃO PAULO, (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios para a implantação do guia curricular de estudos sociais para o 1º grau; 1ª e 2ª séries. São Paulo, SE/CENP, 1982. 124p.
- SEABRA, Manoel F.G. Os fundamentos humanos da organização do espaço. São Paulo, 1980. Palestra realizada na CENP em abr. 1980. Mimeog.
- _____. Os fundamentos naturais da organização do espaço. São Paulo, 1980. Palestra realizada na CENP em abr. 1980. Mimeog